



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

RODOLFO DE SOUZA SILVA

**COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NO TERCEIRO SETOR:
UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BAIROS
“UNIDOS VENCEREMOS”, NA CIDADE DE SUMÉ-PB**

**SUMÉ – PB
2017**

RODOLFO DE SOUZA SILVA

**COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NO TERCEIRO SETOR:
UM ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BAIROS
“UNIDOS VENCEREMOS”, NA CIDADE DE SUMÉ-PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública, da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Profº Dr. José Marciano Monteiro.


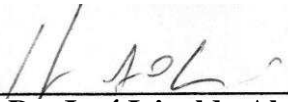
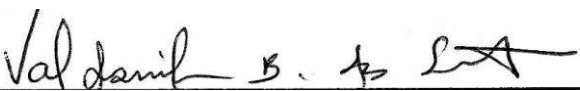
**SUMÉ – PB
2017**

RODOLFO DE SOUZA SILVA

**COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO
DE CASO NA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BAIROS “UNIDOS
VENCEREMOS”, NA CIDADE DE SUMÉ-PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública, da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA

 _____ Professor Dr. José Marciano Monteiro Orientador – UACIS/CDSA/UFCG	Nota (7,0)
 _____ Professor Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva Examinador 01 – UAEDUC/CDSA/UFCG	Nota (7,0)
 _____ Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos Examinador 02 – UACIS/CDSA/UFCG	Nota (7,0)
Nota Final (Média)	(7,0)

Aprovação em 11 de maio de 2017.

RESUMO

Nas duas últimas décadas no atual século, observa-se que no Brasil a gestão social apresenta crescente atenção a um conjunto de organizações de caráter associativo e cooperativo, geralmente compreendidas no que usualmente se caracteriza e denomina como organizações do Terceiro Setor. O Terceiro Setor é composto por associações e fundações que trabalham para gerar bens e serviços públicos à sociedade, as organizações que fazem parte desse setor são criadas através da participação voluntária, com intuito de contribuir com a partir da implementação de ações que possam contribuir positivamente na qualidade de vida da população. Dentro desse contexto, este estudo apresenta como objetivo geral analisar o comportamento organizacional dos membros da Associação Comunitária de Bairros Unidos Venceremos, na cidade de Sumé – PB. Como indagação se busca descobrir até que ponto os membros associados compreendem seus deveres de acordo com a função que desempenham na associação? Como justificativa, a presente pesquisa almeja contribuir com os estudos em torno das organizações do Terceiro Setor, pois é considerado como sendo um tema atual, de grande relevância para o contexto acadêmico, uma vez que permite que sejam extraídas inúmeras reflexões acerca da constituição desse setor, que tem possibilitado diversas transformações na sociedade, tendo em vista que as instituições sem fins lucrativos existem com o intuito de atender essas mudanças na vida dos indivíduos e no convívio em sociedade. Metodologicamente, o artigo se configura como sendo de cunho bibliográfico, com paradigma de pesquisa descritiva e qualitativa. Pode ser classificado também como estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se questionário com os membros da associação analisada. Como resultado pode ser salientado que ficaram demonstradas fragilidades, no que tange à ausência de eficiência e eficácia nas ações da associação, e, conseqüentemente, no enfraquecimento de sua capacidade de comunicação, e de interlocução, junto ao Estado e para com a sociedade civil propriamente assistida, e que deveriam estar mais engajados em participar.

PALAVRAS-CHAVE: Associação. Trabalho Social. Terceiro Setor

ABSTRACT

In the last two decades in the present century, it is observed that in Brazil, social management presents increasing attention to a group of organizations of an associative and cooperative nature, generally understood in what is usually characterized and denominated as organizations of the Third Sector. The Third Sector is composed of associations and foundations that work to generate public goods and services to society, the organizations that are part of this sector are created through voluntary participation, with the intention of contributing with the implementation of actions that can contribute positively in the Quality of life of the population. Within this context, this study has as general objective to analyze the organizational behavior of the members of the Community Association of United Venceremos Neighborhoods, in the city of Sumé - PB. As an inquiry is sought to discover to what extent the associate members understand their duties according to the function they perform in the association? As justification, the present research aims to contribute to the studies around the organizations of the Third Sector, since it is considered as being a current topic, of great relevance for the academic context, since it allows to extract numerous reflections about the constitution of this sector , Which has made possible changes in society, given that non-profit institutions exist with the purpose of meeting these changes in the lives of individuals and living in society. Methodologically, the article is configured as being of a bibliographic nature, with a descriptive and qualitative research paradigm. It can also be classified as a case study. As a data collection instrument, a questionnaire was applied with the members of the analyzed association. As a result, it may be pointed out that weaknesses have been demonstrated in relation to the lack of efficiency and effectiveness in the association's actions and, consequently, in weakening its capacity for communication and dialogue with the State and with civil society itself Assisted, and that they should be more engaged in participating.

KEYWORDS: Association. Social work. Third sector

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	TERCEIRO SETOR.....	08
2.1	Associações.....	16
2.2	Princípios do Associativismo.....	19
2.3	Comportamento organizacional.....	22
3	METODOLOGIA.....	22
3.1	Histórico da Associação.....	24
4	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICE.....	36

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade revela que a vida em sociedade é marcada pelo esforço dos indivíduos no sentido de buscar elementos que permitam conquistar a natureza e instituir condições de sobrevivência e conforto. Por essa razão, busca-se compreender a importância da gestão quando se tem conhecimento sobre as razões que motivaram o homem a se associar, no sentido de apreender interesses comuns.

Nas duas últimas décadas no atual século, observa-se que no Brasil a gestão social apresenta crescente atenção a um conjunto de organizações de caráter associativo e cooperativo, geralmente compreendidas no que usualmente se caracteriza e denomina como organizações do Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é composto por associações e fundações que trabalham para gerar bens e serviços públicos à sociedade, as organizações que fazem parte desse setor são criadas através da participação voluntária, com intuito de contribuir com a partir da implementação de ações que possam contribuir positivamente na qualidade de vida da população. A união de forças via associativismo e cooperativismo, constitui uma prerrogativa para a sustentabilidade da unidade produtiva e do negócio. O associativismo tem se destacado por atuar na esfera de uma gestão social e representar uma das formas de organização da economia solidária.

Para Pires (2003), a criação de associações e cooperativas vem sendo destacada pela literatura como um canal importante de produção, organização, agregação de valor e de comercialização da produção. Dentro das afinidades civis de uma associação encontram-se relações de comercialização de produtos e serviços gratuitos.

A criação de uma associação ou cooperativa dentro da comunidade é de fundamental para que o grupo saia do anonimato e consiga ter maior expressão política, satisfação das necessidades sociais e aumento da renda por intermédio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente administrada. Daí compreende-se a relevância dos atores sociais na criação de associações e/ou cooperativas para a comercialização de produtos, de maneira a promover a democracia e o desenvolvimento local sustentável.

Diante do exposto, fica claro que, embora fosse o objetivo principal desse estudo, discutir o papel das organizações do Terceiro Setor, a partir da literatura que versa acerca dessa temática em questão, essa seria uma tarefa quase impossível, pois, compreende um universo amplo de configurações organizacionais, a saber: organizações voluntárias, ONGs, congregações, cooperativas, organizações de ajuda – mútua, etc. (EVERS, 1995). Acredita-se que esse largo crescimento das organizações do Terceiro Setor seja fruto da ineficiência do

Estado, no sentido de promover ações e garantir acesso a serviços públicos de qualidade, para a sociedade.

Partindo desse pressuposto, este estudo apresenta como pergunta norteadora, a seguinte indagação: até que ponto os membros associados compreendem seus deveres de acordo com a função que desempenham na associação?

Estabeleceu-se como objetivo geral, analisar o comportamento organizacional dos membros da Associação Comunitária de Bairros Unidos Venceremos, na cidade de Sumé – PB.

E como objetivos específicos:

Verificar a relação entre os membros no que se refere ao trabalho em equipe, na busca pelo desenvolvimento e efetivação das atividades da associação;

Analisar se os membros associados têm conhecimento dos seus direitos e deveres;

Averiguar se os membros cumprem com suas obrigações, conforme versa o texto do estatuto.

A presente pesquisa almeja contribuir com os estudos em torno das organizações do Terceiro Setor, pois é considerado como sendo um tema atual, de grande relevância para o contexto acadêmico, uma vez que permite que sejam extraídas inúmeras reflexões acerca da constituição desse setor, que tem possibilitado diversas transformações na sociedade, tendo em vista que as instituições sem fins lucrativos existem com o intuito de atender essas mudanças na vida dos indivíduos e no convívio em sociedade, despertando ponderações e interesses coletivos, para que todos os envolvidos possam observar como é importante criar, participar de projetos onde se explora a ação solidária, principalmente quando a ajuda é destinada aos que tem problemas de sobrevivência ou sofrem por não serem atendidos pelas ações do Estado, devido à demanda reprimida.

Metodologicamente este estudo segue características de cunho bibliográfico, com paradigma de pesquisa descritiva e qualitativa. Pode ser classificado também como estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se questionário com os membros da Associação Comunitária de Bairros Unidos Venceremos que participaram voluntariamente, de forma a contribuir na coleta dos dados, que culminaram com a elaboração do referido estudo.

A título de organizar melhor a exposição dos argumentos que sustentam a pertinência e a relevância desse estudo, o texto estrutura-se da seguinte forma: na introdução, apresenta-se a delimitação do tema investigado, expondo, posteriormente a pergunta norteadora, e os objetivos, para os quais se busca resposta(s). Na parte seguinte são explicitados os porquês da relevância da pesquisa proposta, seguindo com a apresentação da metodologia. Na sequência,

detém-se em apresentar o arcabouço teórico que serviu como fundamentação para as reflexões propostas. Em seguida, são apontados os resultados que foram coletados em campo. Na sequência, teceram-se as considerações finais e expuseram-se as referências utilizadas, que estão organizadas em ordem alfabética.

2 TERCEIRO SETOR

A explicação mais contundente para que seja compreendida a persistência da pobreza no Brasil está relacionada à desordenada distribuição de renda na sociedade, que se apresenta concentrada em uma minoria da população. Observa-se também que a elevação das taxas de desemprego nos setores da indústria, do comércio e de serviços, é provocada em decorrência das profundas transformações nos processos produtivos na maior parte das organizações brasileiras, o que tem provocado aumento considerável dos problemas sociais e econômicos do Brasil.

A esse respeito, Tenório (2009) corrobora com o presente estudo, quando aponta que desde o fim da II Guerra Mundial, são percebidas no mundo profundas transformações. A sociedade tem assistido a emergência de novos centros de poder econômico, político e social, bem como às revoluções do setor comunicativo, provocadas com o advento da internet, bem como, as mudanças que ocorreram no processo de urbanização. Paralelamente, este autor supracitado afirma que tanto desenvolvimento “produziu o aumento da pobreza, da violência, de doenças e da poluição ambiental, além de conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos”. (TENÓRIO, 2009, p. 13).

Diante dessas transformações ocorridas no sistema político, econômico e social do país, a questão da responsabilidade social, que era restrita ao poder público governamental, no contexto atual da contemporaneidade passou a ser ampliada para toda a sociedade, o que justifica a grande formação de associações, fundações e instituições que surgem com o objetivo de prestar serviços voltados para as questões sociais, promoção do desenvolvimento econômico local e regional, preservação ambiental, defesa e seguridade dos direitos civis e atendimento de outras demandas da sociedade.

A década de 1970 foi marcada também pelas transformações ocorridas na sociedade, que passou a compreender o processo transformador das Ongs nos países da América Latina. Sandoval (1988) aponta que essas ações eram voltadas tanto para a política de desenvolvimento social, quanto para a execução de atividades de assistência e serviços, nas áreas de consumo, de bases e da saúde, produção, entre outros.

Tenório (2009) enfatiza, ainda, que a partir da década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, que se caracterizou como um modelo econômico surgiu à tríade classificação de primeiro, segundo e terceiro setores. É nesse cenário que a gestão das organizações do Terceiro Setor surge como uma temática que divide opiniões de pesquisadores e estudiosos, que divergem no tocante às finalidades dessas instituições não governamentais, mas que se confundem como iniciativas privadas.

Sandoval (1988), em consonância com as discussões do autor acima descrito, aponta que as mudanças provocadas na década de 90, inerentes à conjuntura dos países latino-americanos, levaram às Ongs a se confrontarem com os desafios que eram impostos a sua forma de gestão. Logo, a conjuntura aderiu a determinadas características, a saber,

Emergência ou vigência de governos democráticos; Implantação de políticas de orientação neoliberal, agravando a pobreza; Crescimento do setor informal da economia; Descrédito do Banco Mundial e das instituições internacionais com relação ao destino dado pelos órgãos governamentais aos recursos alocados em programas de desenvolvimento social. (SOUZA, 1991, p. 20).

Tais conflitos se aliaram ao fato das Ongs se representarem como uma das soluções para os problemas de ordem social e de desenvolvimento obrigou essas organizações a adotarem novas formas para a construção de sua missão e nas suas formas de atuação e de funcionamento, afinal, ainda na década de 1990, essas organizações se veem diante de muitos desafios:

Sair do micro para o macro, isto é, não limitar suas ações a microrregiões, e sim, contribuir com sua experiência para o desenvolvimento macro; Sair do privado para o público, deixando de atuar na informalidade para atuar de forma mais transparente, divulgando ao público o que são, por que lutam, o que propõem; Passar da resistência à proposta, ou seja, da ação contra o Estado e à margem do mercado para uma ação participante. (SANDOVAL, 1988, p. 41).

Para Silva (2008), o terceiro setor configura-se por um conjunto de ações sociais promovidas pela sociedade em prol do bem público. Isso acontece em decorrência das demandas reprimidas que o Estado não consegue atender a sociedade.

Como a demanda pelos benefícios é grande e contínua, o poder público não conseguem suprir totalmente as necessidades do povo, como educação, saúde, esporte,

cultura, dentre outros, de modo, que faz com que sociedade civil se movimente e se organize cumprindo a finalidade de ajudar e suprir essas demandas sociais.

[...] as Ongs e outras organizações da sociedade civil que compõem o denominado terceiro setor passaram a atuar em diversas frentes, desde aquelas historicamente a elas vinculadas, como as relacionadas a problemas sociais e ambientais, até as áreas produtivas. (TENÓRIO, 2009, p. 11).

Os apontamentos descritos pelo autor permitem a compreensão a partir da colaboração de Thompson (1997, apud MENEGASSO, 2001, p. 04). Ao afirmar que essas organizações, instituições e ações voluntárias que constituem o denominado Terceiro Setor, consistem em “instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de atender o interesse público”.

É importante ressaltar que este autor caracteriza que o âmbito privado das organizações do Terceiro Setor, constitui-se do capital financeiro das grandes empresas, que através de Ongs, fundações, associações, financiam projetos sociais. Essa realidade de estabelecimento de parcerias para que as organizações do Terceiro Setor consigam cumprir seus objetivos é um meio eficaz para a efetivação das ações, pois as mesmas não possuem recursos próprios, e sem a colaboração da iniciativa privada o trabalho fica inviável.

Para Fernandes (1997, p. 25), a lei inglesa tradicionalista faz uso de uma determinada expressão mais antiga para denominar o “Terceiro Setor”. Fala de “caridades”, o que remete à memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto da doação de si, para o outro, o que caracteriza algumas das relações idealizadas nesse contexto.

Da Europa, vem o predomínio da expressão “Organizações Não Governamentais” (ONGs), cuja origem está na nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas. Chamou-se assim às organizações internacionais que, embora não representassem governos, pareciam significativas o bastante para justificar uma presença formal na ONU. O Conselho Mundial de Igrejas e a Organização Internacional do Trabalho eram exemplos em pauta. (FERNANDES, 1997, p. 26).

Corroborando com as concepções apontadas por Fernandes (1997), Salvatore (2003), afirma que existe uma compreensão mais clara para denominar as organizações do Terceiro Setor, ao apontar que,

[...] podemos dizer que as instituições que hoje pertencem ao Terceiro Setor, criadas durante os três primeiros séculos no Brasil, existiram basicamente no espaço da Igreja Católica, permeadas, portanto pelos valores da caridade cristã. [...]. (SALVATORE, 2003, p. 17).

A literatura que versa sobre o conceito do Terceiro Setor, leva ainda à compreensão de que tais denominações surgem no espaço da sociedade civil organizada, a partir das ações e das atividades pelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem intentos de interesse público.

Paralelamente, Falconer (1999) descreve apontamentos acerca das organizações do chamado Terceiro Setor, voltados para a gestão dessas instituições.

[...] existe o risco real de a administração ser idealizada como capaz de operar milagres para as organizações do Terceiro Setor e de ser chamada para situações que estão muito além de sua capacidade de resolução de problemas. (FALCONER, 1999, p. 42).

O autor foca sua discussão na perspectiva de que muitos estudiosos e pesquisadores, e até mesmo os próprios cidadãos acreditam que as instituições sociais tem mais condições de sobreviver se adotarem medidas e estratégias de gestão das empresas privadas, ou seja, inculcando a ideia de que tudo o que é privado é melhor do que as instituições estatais, por essa razão, o autor afirma que é preciso haver uma compreensão mais clara no que se refere ao papel dessas organizações filantrópicas, como forma de evitar o fracasso de não cumprir as exigências do mundo globalizado.

A esse respeito, Salvatore (2003) aponta que na era da contemporaneidade o Terceiro Setor passou a ser mais estudado a partir das ciências da administração, tendo como viés principal as discussões voltadas para os modelos de gestão, e operando segundo a lógica e a racionalidade do setor privado. Por essa razão, os debates conceituais que antes eram polarizados pelo campo social, e que deram lugar ao administrativo não têm levado em consideração essas diferenças de racionalidade e de lógica que presidem as ações do Terceiro Setor.

Dessa forma, observa-se que para avançar no sentido de desmistificar, ou melhor, compreender essas controvérsias, no que se refere à contribuição de conhecimento visando uma melhor compreensão diante da estruturação e organização do Terceiro Setor, Fernandes (1994) aponta uma definição ao afirmar que as instituições sociais que formam o Terceiro Setor,

[...] constitui o conjunto de atividades das organizações da sociedade civil, portanto organizações criadas por iniciativas de cidadãos, que tem como objetivo a prestação de serviços ao público em áreas como saúde, educação, cultura, direitos civis, moradia, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento do ser humano. (FERNANDES, 1994, p. 19).

O mundo está em constante processo de mutação, logo, compreende-se que não é uma tarefa fácil tentar entender a complexidade dessas organizações, bem como das ações que se espera que sejam desenvolvidas, pois muitas dessas atividades dependem do papel desenvolvido pelo gestor, no viés político-institucional, nos recursos destinados, no público-alvo e na missão instituída para a causa que se busca amenizar os efeitos negativos, e que não foram tratados pelo Estado.

Vale salientar também, que a partir das concepções que são defendidas e/ou abordadas por autores diversos, verifica-se que o Terceiro Setor pode ser caracterizado como heterogêneo e complexo, afinal, as discussões dessa natureza parecem não levar para uma definição homogênea como um todo, quando se trata da gestão dessas organizações.

Sendo assim, Rodrigues (2003) afirma que essa grande confusão, que esbarra nos conceitos e nas nomenclaturas quando se trata de Terceiro Setor, surgem sempre inúmeros equívocos, pois encerram aspectos políticos, sociais e organizacionais que desencadeiam diversos tipos de conclusões. Para tanto, a autora ancorada em Szazi (2001) considera as organizações do Terceiro Setor são, por sua vez as entidades sem fins lucrativos e que englobam as organizações não governamentais, ou seja, ela apresenta o clássico e mais claro conceito abordado na literatura dessa temática.

[...] desde os anos 1990 surgiram entidades a partir de movimentos que impulsionaram a ideia e a criação de organização que não possuem fins lucrativos, são criadas e mantidas principalmente por trabalho e contribuição voluntários, num âmbito não governamental e não limitado à caridade, filantropia e mecenato, pois passaram a incorporar a esses termos a noção de cidadania e representação social. (RODRIGUES, 2003, p. 123).

Acredita-se que a busca por resultados seja a causa dos inúmeros conflitos acerca do conceito e do papel dessas organizações sociais, voltadas para a prática da filantropia, e da efetivação de melhorias na vida dos cidadãos. A esse respeito, Vaz (1995) corrobora com essa discussão, quando traz apontamentos, ao afirmar que,

[...] o contexto de atuação das institui não econômicas, dentro de suas características próprias, não prescinde de um sistema de trocas. A diferença é que, enquanto as empresas realizam trocas materiais (bens economicamente mensuráveis), as demais instituições realizam trocas de bens intelectuais (ideias). (VAZ, 1995, p. 16).

Tomando como base as palavras descritas pelo autor, fica claro que é preciso ampliar as leituras, e, conseqüentemente, a compreensão em torno do conceito e das finalidades das organizações que compõem o chamado Terceiro Setor, pois, essa é uma forma de evitar a construção de estereótipos; afinal, existe uma grande diferença entre as organizações públicas, privadas e organizacionais. Ou seja, deve ser clara a distinção, pois trata-se de universo distinto, no que tange ao público alvo, aos objetivos pretendidos e aos resultados esperados, que não são imediatos e nem se concretizam em curtos espaços de tempo, como ocorre no âmbito privado ou nas instituições estatais.

Na visão de Santos (2005), está claro o largo crescimento das organizações do Terceiro Setor, pois, no Brasil, e no mundo inteiro as ONGs ganharam uma vultosa abrangência e importância que às vezes se confundem com uma espécie de rede de produtos, que estão surgindo para serem consumidos.

[...] está emergindo uma outra globalização, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos. (SANTOS, 2005, P. 13).

As palavras descritas pela autora supracitada se relacionam com os apontamentos de Voltolini (2003) quando afirma que existe um grande número de organizações sociais que são idôneas no tocante à gestão de suas causas, pois partem de ideias inovadoras e criativas ao buscar soluções para os problemas de ordem social, e conseguem cumprir com competência os serviços prestados e são austeras na administração dos recursos financeiros e materiais que são geridos, mas, que na verdade não parecem ser. Por essa razão, percebe-se uma grande dificuldade em estabelecer comunicação com a sociedade, como forma de legitimar os serviços prestados, o que justifica a relevância e o uso do marketing institucional, pois, constitui-se como uma importante ferramenta, que pode ajudar a transformar a imagem de uma organização.

O desconforto fundamenta-se no fato de que o marketing, tendo como marca congênita uma certa racionalidade competitiva, parece constranger um segmento social que se caracteriza por uma lógica colaboradora, deixando de ser, portanto, um meio legítimo para alcançar finalidades como erradicar o trabalho infantil, incluir portadores de deficiência no mercado, combater o analfabetismo, reduzir os índices de fome ou capacitar profissionalmente jovens de baixa renda. [...] É como se, por se tratar de um instrumento de gestão

excessivamente pragmático, o marketing, por si, fosse capaz de desumanizar as causas e as organizações a que se propõe apoiar, diminuindo-as num certo sentido, a ponto de desconfigurar os seus propósitos [...]. (VOLTOLINI, 2003, p. 141).

As palavras descritas pelo autor supracitado revelam que de fato as organizações que atuam sem fins lucrativos passaram a adotar essa ferramenta de mercado, o chamado *marketing* institucional, que propiciou um novo paradigma caracterizado como marketing de ideias, e tais medidas estão contribuindo para que essas organizações tenham melhores condições de alcançar seus objetivos.

Em consonância, Montaño (2010) afirma que o uso dominante do conceito de Terceiro Setor implica em significações claramente divergentes do que realmente o autor considera como sendo o conceito em questão. Para este autor, a perspectiva que analisa o Terceiro Setor, e que surge de bases hegemônicas parte de traços considerados superficiais, epidérmicos do fenômeno, o mistificaram, tornando essa concepção ideológica.

A perspectiva hegemônica, em clara inspiração pluralista, estruturalista ou neopositivista, isola os supostos “setores” um dos outros e concentra-se em estudar (de forma desarticulada da totalidade social) o que entende que constitui o chamado “terceiro setor”. [...]. (MONTAÑO, 2010, p. 51).

Com base nas palavras descritas pelo autor, compreende-se que este estudioso afirma que muitos são os estudos desenvolvidos em prol do conceito das ONGs, fundações, associações comunitárias, dos movimentos sociais em sua amplitude, mas que há uma desconsideração no que se refere ao processo de reestruturação produtiva, da reforma do Estado, ou seja, não são observadas as transformações do capital promovidas a partir dos postulados do neoliberalismo.

Outra discussão apontada por Montaño (2010) trata da debilidade das organizações no que se refere às características de não governabilidade ou de autogovernabilidade. Para este autor, o fato de muitas ONGs serem financiadas por entidades governamentais, através de parcerias celebradas, ou por meio de contratação pelo Estado, e passam a desempenhar de forma terceirizada, as funções que são atribuídas, parecem romper com a condição não governamental.

Já Tenório (2009) acrescenta que as organizações do Terceiro Setor devem de fato estabelecer diálogos com o setor governamental e também com o empresarial, pois um dos grandes desafios, segundo postula esse autor está na busca de oportunidades de conquistar novos espaços junto à sociedade, e das propostas de reformulação do Estado.

Para superar esses desafios que podem ameaçar sua existência e sua eficiência administrativa, as ONGs têm que pensar em acrescentar às suas peculiaridades novos instrumentos de gestão, dotando seus quadros de habilidades, conhecimentos e atitudes que assegurem, ao fim e ao cabo, o cumprimento dos objetivos institucionais. [...]. (TENÓRIO, 2009, p. 15).

Sendo assim, este autor esclarece que o trabalho desenvolvimento a partir da formação de redes informativas, buscando identificar com clareza, os produtos, a área de atuação e o público alvo que será beneficiado, bem como compartilhar e dividir ações, criando mecanismos e formas de controle que possibilitem a mensuração dos impactos das atividades realizadas, se constitui como elemento eficaz que uma vez adotados pelas ONGs garantirão o registro de indicadores que possam fundamentar a pertinência do trabalho desenvolvido por essas organizações.

Partindo desse pressuposto, entende-se a importância e necessidade da boa administração, quando os indivíduos se associam em prol de atingir interesses e objetivos comuns. A história revela que a vida humana é marcada por esforços de conquistar a natureza e na busca por condições de sobrevivência e conforto. Porém, o simples fato de estar agrupados não é suficiente para garantir que os recursos existentes sejam alocados da melhor forma, pois é preciso haver um gerenciamento de todas as partes que constituem a organização.

As ações de desenvolvimento do terceiro setor no plano organizacional fundamentam-se na suposição de que a gestão organizacional é o principal ponto fraco do setor e, conseqüentemente, a capacitação em gestão é a principal arma para que este desempenhe plenamente o seu papel esperado. (FALCONER, 1999, p. 38).

Assim sendo, consideramos que se a gestão se constitui como um dos maiores problemas para garantia da efetivação das organizações do Terceiro Setor, e como elemento decisivo para garantir sua permanência, compreende-se que paralelamente, se relacionam os apontamentos de Pereira (2010) ao afirmar que o processo de planejamento estratégico é válido para todos os tipos de instituições, sejam de ordem pública, privada ou não governamental. O autor aponta que as mudanças ocorridas na sociedade nas últimas duas décadas têm afetado significativamente nações inteiras, mudado os objetivos e o rumo de algumas empresas e provocado mutações até mesmo nas pessoas.

Sendo assim, observa-se que outra importante contribuição do referido autor, diz respeito ao conceito moderno de planejamento estratégico, pois o autor afirma que está

associado a princípios transparentes que podem influenciar nas ações dos seres humanos e na complexidade das tarefas que são desempenhadas.

Dessa forma, Montañó (2010), afirma que é necessário que essas organizações sociais desempenhem suas atividades de forma eficaz, e assim permanecerão no mercado, mas, para que tais objetivos se cumpram é necessário planejar as ações, a partir de uma gestão eficiente, com conceitos administrativos ativos.

No tópico posterior são descritos apontamentos acerca das associações, o que trata a legislação vigente e quais os benefícios para a melhoria de vida dos membros associados (cidadãos).

2.1 Associações

Paralelo ao processo de maturação do processo de democracia no Brasil ocorreu à ampliação e a efetivação do surgimento dos espaços públicos. Um exemplo claro são as associações, que surgiram para contribuir como espaços para democratização da e seguridade de direitos, deveres e do acesso à informação, destinada a ser um ambiente que possa propiciar a participação cidadã no debate público de situações tanto de ordem nacional, quanto das situações inerentes ao cotidiano local, dos grupos envolvidos.

A natureza das relações sociais e a dinâmica da historicidade permitem compreender sob que condições se verifica o processo participativo, ou, nas palavras do autor, as ações e decisões dos atores sociais, que produzem a sociedade, sua manutenção ou sua mudança. (AMMANN, 1978, p. 16)

Com base nos apontamentos descritos, observa-se que os indivíduos compreendem a sociedade como representação do conjunto de fenômenos sociais, tanto que, se toda a ação derivar do sujeito que tem suas intenções próprias, assim como toda a ação deriva da relação entre os indivíduos e suas ações, é possível abranger que “os processos sociais geram um fenômeno social muito importante: o grupo social”. (AMMANN, 1978, p. 55).

Partindo dessa concepção, fica claro que uma associação, independente do contexto representativo tem como finalidade principal prestar serviços sem fins lucrativos, distinguindo-se das outras entidades. A esse respeito, os autores, Turra, Santos e Colturato (2002) corroboram com o presente estudo, afirmando que,

As associações são, portanto, entidades constituídas de pessoas, sem fins econômicos, dirigidas por uma diretoria eleita, cujas funções estão subordinadas à vontade coletiva e democrática de seus

associados e cristalizadas no seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral. (TURRA, SANTOS e COLTURATO, 2002, p. 08).

Os autores apresentam claramente as características de uma organização, para que esta entidade seja considerada uma associação. Desse modo, ao criar a associação, Galletta (2011) afirma que a maior dificuldade é despertar nos cidadãos participantes a importância da prática associativista, do trabalho voltado para a gestão democrática e o dinamismo, de forma que todos os associados possam ter acesso às oportunidades, estejam motivados a participarem e colaborar com a organização, renovem constantemente suas lideranças, possam buscar autonomia, e seja mantida uma efetiva comunicação com possíveis aliados e parceiros, oportunizando a realização de projetos inovadores.

As práticas associativas, conforme se observa na literatura que trata dessa temática, constituem-se como uma forma viável de se impetrar objetivos e interesses coletivos por parte dos produtores/trabalhadores urbanos e rurais, uma vez que estes enfrentam dificuldades de inserções no presente contexto de desenvolvimento das políticas necessárias para garantir melhores condições de vida na sociedade brasileira. Assim sendo, verifica-se que é por meio dos grupos organizados que os cidadãos podem propor e discutir ações direcionadas ao poder público e aos governantes.

Na visão de Turra, Santos e Colturato (2002), para que uma associação seja considerada viável, é preciso que a diretoria tenha consciência que essa entidade de representação jurídica possa desempenhar determinados papéis, como representar e defender os interesses comuns dos associados, estimular o convívio democrático entre os cidadãos, buscar ações que potencializem a melhoria técnica e social, orientar para a importância da prática de comercialização dos alimentos produtos pela agricultura familiar, efetivar as operações financeiras e bancárias usuais, ter escritura contábil simplificada, entre outras atividades.

Para além dos aspectos burocráticos e institucionais inerentes a uma associação, Bourdieu (1994) explica que as funções sociais não são nada mais que ficções sociais. As instituições cumprem o papel de provocar mudanças nos seres humanos, instituídos como representantes ou porta voz do grupo que tem objetivos parecidos. Dessa forma, pautados nos apontamentos descritos por Wautier (2001) pode-se afirmar acerca das associações, que,

A principal função das associações é, sem dúvida, uma função social: constituídas de membros solidários, elas visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais. Elas visam à criação de formas de inserção social e de

responsabilização, assumindo o papel de mediação entre os cidadãos e instituições. (WAUTIER, 2001. p.11).

Essa definição apontada pela autora supracitada revela que os indivíduos se organizam em grupo para buscar interesses e valores comuns, e por essa razão existem e pode haver diferentes tipos de associações, afinal, é no Estado democrático, que os cidadãos, pertencentes as mais variadas camadas sociais, tem o direito de participar na tomada de decisão, especificamente quando tais decisões implicam na gestão pública governamental. Um dos elementos que garante a efetividade desse direito é a liberdade de reunião e associação pacífica, garantida na Carta Magna.

Esse direito à reunião e de compor associação na perspectiva constitucional é entendido como o direito de agrupamento para finalidades legais. Decorrente deste está assegurado o direito de criar uma associação, a liberdade de concordar ou de desligar-se dela, bem como o direito de anular-se diretamente. Os padrões nos quais é instituída a liberdade de associação convertem-se como direito da terceira e quarta geração dos direitos humanos fundamentais.

Dessa forma, observa-se que as normas que podem gerir e limitar o direito de associação no país são: 1º - a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à liberdade de reunião e associação como um direito e garantia fundamental dos cidadãos; 2º - o novo Código Civil de 2002, que regulamenta as normas gerais sobre acerca das associações; 3º - Lei de Registro Público, que estabelece as normas do registro no cartório, no que se refere às associações; e 4º - a Lei 91/1935, que fora modificada pela Lei 6639/1979, pelo Decreto-Lei 50517/1961 e ainda pela Portaria da Secretaria de Justiça do Ministério da Justiça nº 11, de 1990, que fundamentou a possibilidade das pessoas jurídicas de direito privado, dentre elas estão às associações, com o direito garantido de obter titularidade de bem público.

A esse respeito, Nazzari (2002), que a participação na política tornou-se uma condição básica para que o Brasil tenha uma democracia efetivamente consolidada. No entanto, estão ausentes valores e crenças indispensáveis para que esse objetivo seja alcançado. Apesar da ampliação do número de associações comunitárias, de bairro e rurais em todo o Brasil, percebe-se que ainda uma maior participação e que esta ocorra de forma consciente.

Ammann (1978) afirma que existe um consenso acerca da necessidade de que sejam criadas as condições para uma democracia participativa no Brasil. Passadas mais de 03 (três) décadas que o autor trouxe essa declaração, concebe-se que o contexto atual político e social do país confirmam a pertinência de tal afirmação. Dessas palavras descritas pelo autor,

discorre também a compreensão de que através da participação cidadã nos institutos da democracia, institutos estes, que pressupõem liberdade de escolha, que se consegue efetivamente ajustar as mazelas oriundas da representatividade e manter o equilíbrio da democracia consolidada tão desejada.

Participação não tem razão de ser, para nós, como estratégia de legitimar e consolidar uma situação ou um sistema dado, mas objetiva a distribuição dos bens da sociedade, assumindo um caráter transformador dos mecanismos que mantêm e/ou reproduzem as desigualdades sociais. (AMMANN; 1978, p. 25).

Dessa forma, conclui-se que essas relações entretidas pelos indivíduos sociais estão voltadas aos principalmente na busca pelos interesses e das necessidades comuns que os associam em grupo, afinal, estando unidos em face de interesses voltados à comunidade, entrelaçam-se na busca de proteger e promover o bem estar do grupo local de interesse, conduzindo e utilizando-se dos meios legais apropriados, dando vida e sentido às associações.

É importante ressaltar que presente nesse contexto, encontra-se o associativismo, que se constitui como uma exigência histórica, cumprindo a finalidade de promover melhorias na qualidade da vida humana, através de oportunidades e condições que favoreçam o crescimento e o desenvolvimento local/regional, conforme são descritos os apontamentos no tópico posterior.

2.2 Princípios do Associativismo

A busca por ações que propiciem a concretização de objetivos e interesses comuns, capazes de promover o desenvolvimento local e social por meio de práticas associativas, vem se ampliando ao longo dos tempos entre os indivíduos na sociedade. Por essa razão, verifica-se a importância de buscar compreender a construção desse processo de transformação e de consolidação das bases locais pautadas na prática do associativismo, que se constituem como sendo um conjunto de iniciativas que auxiliam no enfrentamento das diferenças, e como elemento para a promoção do desenvolvimento local.

A organização da vida associativa está presente em diferentes áreas das atividades humanas, principalmente traduzida em condições que buscam contribuir com o equilíbrio e a estabilidade social. A esse respeito, Frantz (2002) afirma que o,

[...] associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a co-operação

é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida. (FRANTZ, 2002, p. 01).

A discussão acerca da temática do associativismo situa-se no contexto da economia solidária, que se apresenta como importante alternativa na busca pelo desenvolvimento local e da sustentabilidade social, à medida que expressa o desejo e os interesses das pessoas na busca por seus anseios coletivos, a partir da criação de relações sociais participativas.

Dessa forma, Singer (2002) traz o conceito de Economia Solidária, apontado como sendo,

[...] modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os eu produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja produção, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 11).

Essa descrição apontada pelo autor indica uma espécie de representatividade da classe trabalhadora, e se relacionado ao fato de que muitas das ações de Economia Solidária são vistas como resistência ao fenômeno da exclusão, e esta afirmação é difundida, ainda que tenha sido constatada a expansão social, política, tecnológica e observado o crescimento econômico do país nas últimas duas décadas, é notória a problemática de que existe um grande número de pessoas que permanecem marginalizadas, devido suas condições econômicas e sociais, e que não visualizam um patamar de vida melhor.

Por essa razão, o associativismo se destaca a partir dos objetivos voltados na busca da solidariedade, necessidade de participar de associação, na busca do na convívio humano, o estabelecimento das relações sociais com a realidade, de modo que contribua para a construção de uma sociedade com mais dignidade, fortalecendo as identidades locais e regionais.

Em consonância com essa discussão, Ganança (2006) destaca que o associativismo teve sua importância enfatizada por Alexis de Tocqueville (1998), quando apontou suas contribuições em prol do fortalecimento da democracia.

A dedicação de parte do tempo dos indivíduos ao coletivo e ao público é condição essencial para que a democracia liberal não degenera em uma democracia despótica. [...] uma das maneiras de impedir que o regime democrático liberal se degenera é a união dos indivíduos que individualmente são fracos para a realização de ações coletivas, por meio do associativismo, ou, como Tocqueville denomina, da arte da associação. Na realidade, para ele um aspecto muito importante dos

efeitos da participação associativa sobre os indivíduos é a criação de hábitos de colaboração e solidariedade (GANANÇA, 2006, p. 6-7).

Assim sendo, fica claro que o fenômeno da ação coletiva institucionalizada por meio de associações civis pode ser interpretado com base em diversos aspectos teóricos. Contudo, é importante destacar que na construção de tais pontos de vista está embutida a ideia de um modelo de sociedade que busca lutar por condições de igualdade, de sustentabilidade, pelo direito dos indivíduos serem livres, emancipados, e donos de seus destinos e desejos.

Por essa razão, é evidente que a participação em associações e organizações civis, organizadas nos moldes do associativismo, se constitui como organizações pertinentes, capazes para gerar e de promover solidariedade social, e de contribuir com a diminuição dos problemas sociais e econômicos da vida em sociedade.

A esse respeito, Inojosa e Junqueira (2008) afirmam que o principal desafio é a efetivação na prática, da construção de uma sociedade mais igualitária, autônoma e potencialmente inclusiva. Na tentativa de compreender melhor o papel da política social, Vilessante (1999) considera é preciso que cada indivíduo tenha conhecimento de que principal objetivo dessas organizações visa à redução das desigualdades por meio da intervenção dos movimentos e de grupos sociais e do Estado, na busca pela promoção e garantia dos direitos de cidadania.

Partindo dessa concepção, Frantz (2002), assevera, que,

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas. (FRANTZ, 2002, p. 25).

Com base nas palavras descritas, considera-se que promover ações de desenvolvimento não significa que os cidadãos irão seguir um rumo previamente inscrito na vida social, porém, exige a construção das próprias condições dessa vida social a partir das ações dos homens. No processo do desenvolvimento local, é de fundamental importância que ocorra o reconhecimento da pluralidade e da diversidade do potencial humano.

Por essa razão, no tópico seguinte, são descritas algumas concepções inerentes ao comportamento humano nas organizações.

2.3 Comportamento Organizacional

Tentando entender sobre o cenário atual das organizações desde vida pessoal ao ambiente de trabalho é preciso compreender o processo das definições, metas, forças e quais as principais características que o comportamento organizacional vem apresentando diante das exigências do cenário de mudanças impostas pela globalização.

O campo de estudo do comportamento organizacional é essencial para o desenvolvimento de uma organização, pois é a partir do conhecimento dos valores, crenças e hábitos organizacionais que se pode perceber o desempenho, tanto no campo individual como na coletividade, ainda oferece meios para a análise do ambiente externo, onde se pode observar a relação com outras organizações, instituições e público em geral.

Segundo Newstron (2008), o comportamento Organizacional é o estudo sistemático e a aplicação cuidadosa do conhecimento sobre como as pessoas agem dentro das organizações, seja como indivíduos, seja em grupos. Onde busca identificar as formas pelas quais as pessoas podem agir de maneira mais eficaz.

O comportamento organizacional é um campo abrangente de estudos entre os indivíduos grupos e estrutura da organização, o que possibilita uma análise da real situação frente às mudanças tecnológicas que estão cada vez mais presente nas organizações, não importa o ramo da atividade desenvolvida, todos os seguimentos são geridos por pessoas, que necessitam de conhecimentos, habilidades e atitudes, para o desenvolvimento de sua função.

As ações de desenvolvimento da gestão organizacional no terceiro setor baseado na hipótese de que o comportamento organizacional é um dos elementos principais para entender, e conseqüentemente, gerenciar e capacitar seus funcionários para um melhor desempenho.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como sendo bibliográfico, descritivo, de natureza qualitativa, e segue um viés de estudo de caso.

Assim sendo, Marconi e Lakatos (1992), afirmam que uma pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de toda a bibliografia já publicada em livros, revistas, publicações avulsas e escrita, e que a sua finalidade é fazer com que o pesquisador tenha contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, de modo, que possa auxiliar o

cientista na análise de suas pesquisas ou nas condições de manipulação das informações analisadas.

Entretanto, Moreira e Caleffe (2008) corroboram com o presente estudo afirmando que,

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica não deve ser confundida com a revisão ou a resenha bibliográfica, pois a pesquisa bibliográfica é por si só um tipo de pesquisa, enquanto a revisão ou a resenha bibliográfica é um componente obrigatório de todo e qualquer tipo de pesquisa (MOREIRA e CALEFFE, 2008, p. 74).

Com base nas palavras acima descritas, observa-se que o objetivo das pesquisas dessa natureza é alocar o pesquisador com o material que já foi produzido da área científica pesquisada. Sendo assim, é de suma importância que o pesquisador tenha consciência de que, pesquisas que seguem esse viés não devem ser utilizadas para fins de repetição daquilo que já foi pesquisado acerca de um determinado assunto.

Já Rampazzo (2005) afirma que a pesquisa descritiva procura observar, analisar e correlacionar os fatos e/ou fenômenos sem manipular dados analisados.

Por sua vez, Ludke e André (1986, p. 17) afirmam que a pesquisa qualitativa é semelhante ao estudo de caso. Esses autores afirmam que o estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador cumprir o objetivo de pesquisar uma situação singular, particular, afinal, “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”.

Dessa forma, Moreira e Caleffe (2008, p. 96) explanam acerca das facilidades da utilização do questionário como fonte de coleta de dados. Este instrumento oferece aos pesquisadores determinadas vantagens que tornam mais prática a exploração dos dados coletados, a saber: “1º) Uso eficiente do tempo; 2º) anonimato do respondente; 3º) perguntas padronizadas; 4º) possibilidade de uma alta taxa de retorno”.

Sendo assim, verificou-se que o questionário, por sua vez, é talvez a técnica mais empregada no mapeamento de dados que sejam relevantes para o contexto de uma pesquisa científica.

Dessa forma, fica claro que o método seguido e que culminou com a formulação do presente estudo é adequado, pois, essa pesquisa buscou analisar aspectos inerentes à Associação Comunitária de Bairros Unidos Venceremos, na cidade de Sumé, conforme descrições que constam nos tópicos abaixo.

3.1 Histórico da Associação

A Associação Comunitária de Bairro Unidos Venceremos, doravante ACBUV, tem personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua sede está situada na Rua Francisco Braz, S/N, no bairro de várzea redonda, município de Sumé – PB.

Regendo-se pelo presente estatuto e legislação nacional que lhe for aplicável. Considerada associação comunitária do município em termos de número de membros associados, a ACBUV tem atualmente quinhentas e dezesseis (516) pessoas associadas, abrangendo além de moradores do Bairro de Várzea Redonda, associados dos bairros Frei Damião e Carro Quebrado.

A ACBUV tem como objetivos principais defender os interesses dos moradores junto aos poderes públicos; lutar pelos interesses individuais, coletivos e sociais; melhorar as condições e qualidade de vida da comunidade; promover ações pela cidadania e pelo bem estar social. Assim como toda organização ou a maioria delas, a associação supracitada possui órgãos e atribuições para os membros.

Essa organização é composta por três órgãos: assembleia geral, diretoria e conselho fiscal, e tem a seguinte hierarquia: Presidente, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro e Sócios. Este último é dividido em três categorias: sócios fundadores, sócios efetivos e sócios beneméritos.

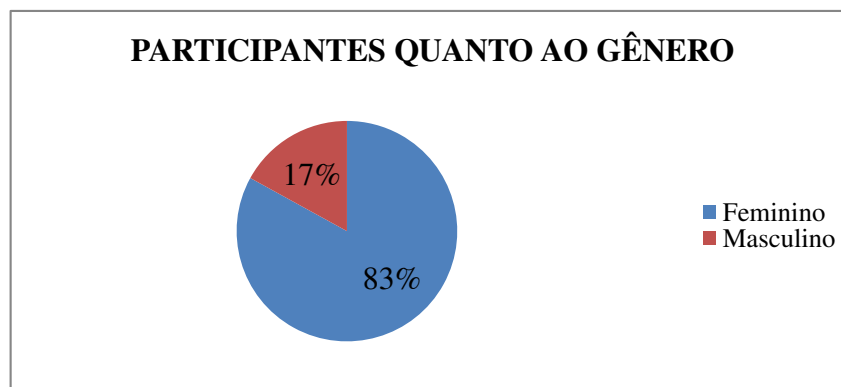
Segundo Tenório (2009), o organograma representa graficamente a divisão do trabalho na organização, tanto no sentido horizontal, definindo áreas de atuação, quanto no sentido vertical, estabelecendo níveis hierárquicos ou de decisão. Para o autor, é por meio do organograma que visualizamos as relações de autoridade e de comunicação entre as unidades e os grupos de trabalho. Sendo de total importância que todas as associações se preocupassem para traçar um organograma, pois sua análise contribui para resolução dos conflitos organizacionais.

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Conforme já mencionado anteriormente, o objetivo de investigação do presente estudo buscou analisar informações inerentes à Associação Comunitária de Bairro Unidos Venceremos. O questionário foi aplicado com 19 membros associados que aceitaram

participar de forma livre e voluntária da presente pesquisa, que contou com a efetiva participação de 13% dos associados do gênero feminino e 6% do gênero masculino, conforme consta no gráfico 01 abaixo.

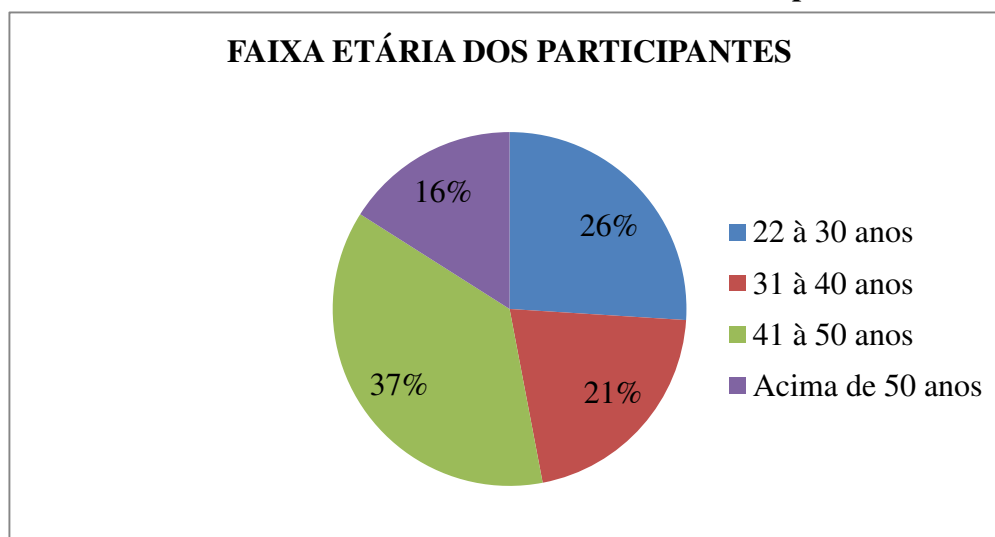
Gráfico 01 - Gênero dos Participantes



Fonte: Pesquisador (UFCG/CDSA, 2017).

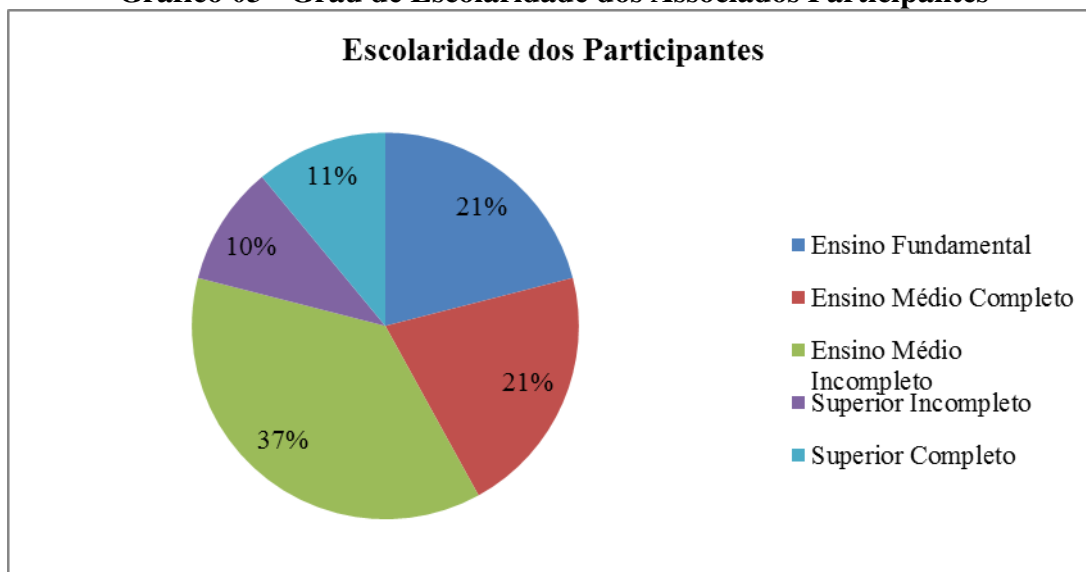
A faixa etária dos associados participantes é um aspecto que apresenta considerável variação, pois são cidadãos de gerações diferentes, mas que compreenderam a importância de estar agrupados, com o intuito de atingir objetivos e interesses comuns. (ver gráfico 02).

Gráfico 02 - Faixa Etária dos Associados Participantes



Fonte: Pesquisador (UFCG/CDSA, 2017).

O grau de escolaridade dos participantes da presente pesquisa foi um elemento observado no que se refere à construção do perfil dos membros associados, conforme consta abaixo. (ver gráfico 03).

Gráfico 03 - Grau de Escolaridade dos Associados Participantes

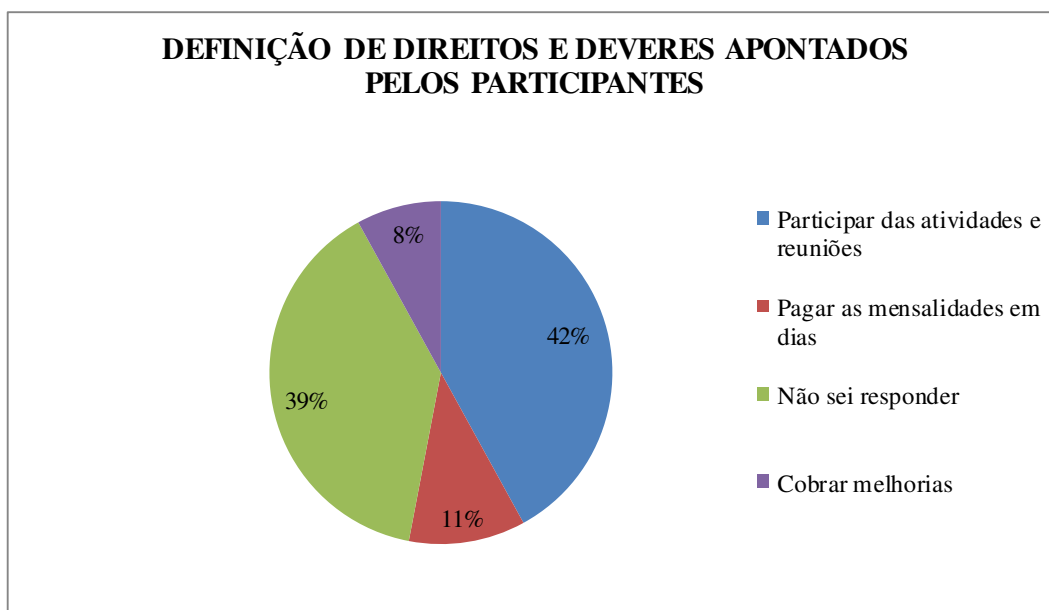
Os dados coletados revelaram que 21% dos participantes cursou o Ensino Fundamental; 21% concluíram o Ensino Médio; 37% não concluíram o Ensino Médio; 10% têm curso superior completo e 11% apontaram que ainda não concluíram o curso superior.

Outro questionamento feito aos associados participantes diz respeito ao entendimento dos mesmos acerca do conceito de associação. As respostas apresentadas variam, mas, considerando o contexto social, cultural, político e econômico desses cidadãos, fica claro que estes apontaram a definição a partir do conhecimento de vida.

Pensando assim, Ricciardi e Lemos (2000) apontam que estar associados representa o desejo da prática social da criação e que a apologia ou defesa dessa prática associativa, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas representa a clara finalidade de obter interesses comuns.

Por essa razão, consideram-se como pertinentes as respostas apresentadas, o que demonstra que esses cidadãos conhecem de fato a função de uma associação, ou seja, não estão associados ou interagem no vácuo. (ver gráfico 04).

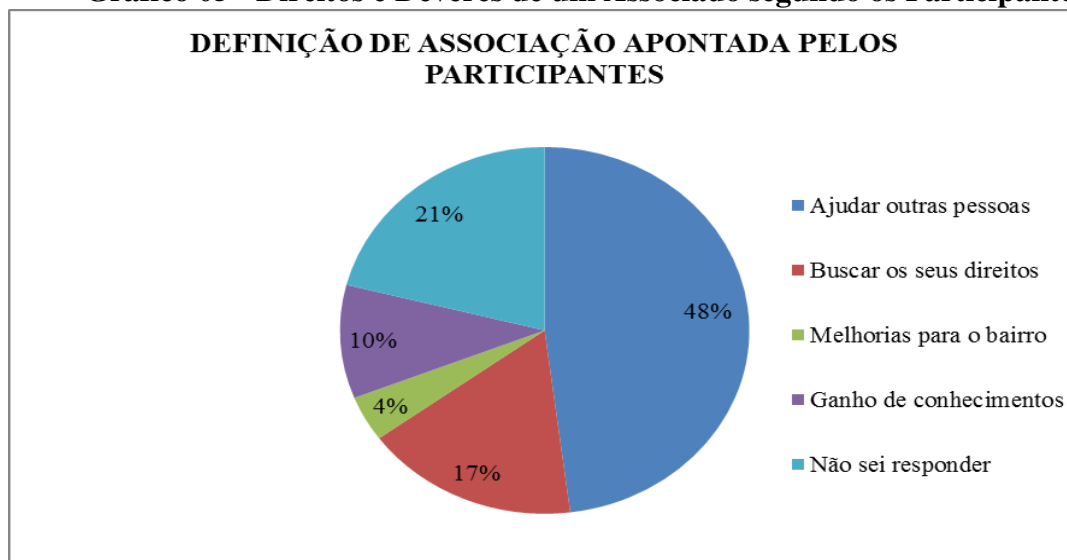
Gráfico 04 - As Finalidades de uma Associação segundo os Participantes



FONTE: Pesquisador (UFCG/CDSA, 2017).

Com relação aos direitos e deveres de um membro associado, observou-se uma variação nos apontamentos descritos. (ver gráfico 05).

Gráfico 05 - Direitos e Deveres de um Associado segundo os Participantes



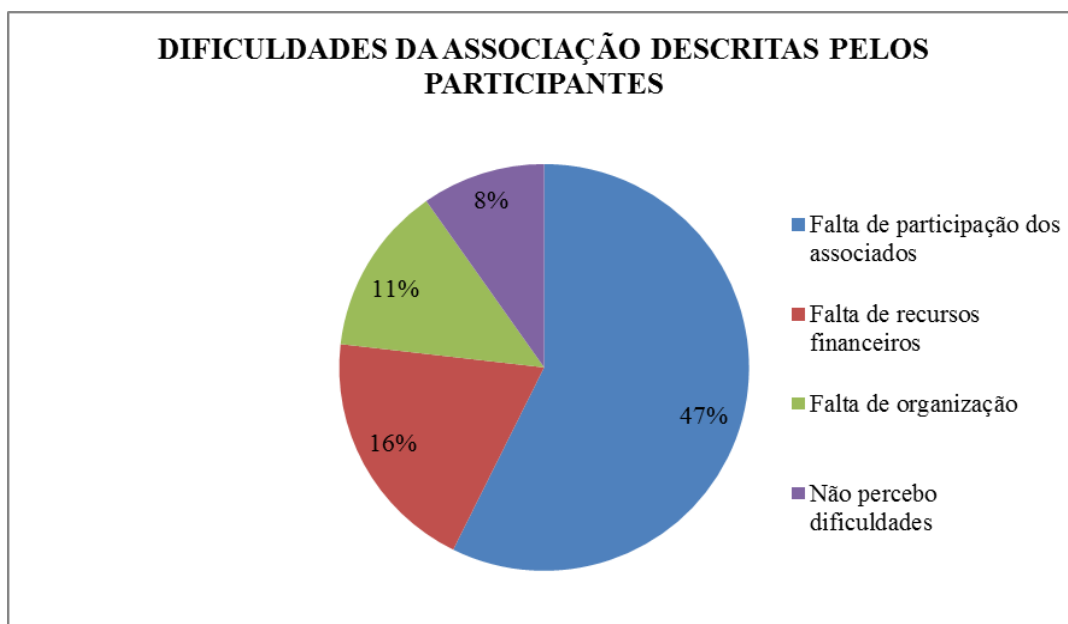
Fonte: Pesquisador (UFCG/CDSA, 2017).

Os dados apresentado revelam que para os participantes, 42% os direitos e deveres mais relevantes são participar das atividades e reuniões na associação; 11% apontaram que pagar a mensalidade configura a ação mais relevante; 39% disseram não saber responder e 8%

acreditam que cobrar melhorias é uma ação de suma importância, no que compete aos direitos e deveres de um membro associado.

Quando indagados acerca das principais dificuldades que os participantes conseguem perceber na associação, estes destacaram diferentes, conforme dados descritos. (ver gráfico 06).

Gráfico 06 - Dificuldades elencadas pelos Associados Participantes



Fonte: Pesquisador (UFCG/CDSA, 2017).

A falta de participação dos membros associados aparece como a observação mais descrita pelos associados participantes, o que totaliza 47%; na opinião de 16% a falta de recursos financeiros dificulta o trabalho que já vem sendo desenvolvido pela associação; 11% apontaram a falta de organização; 8% disseram não perceber dificuldades.

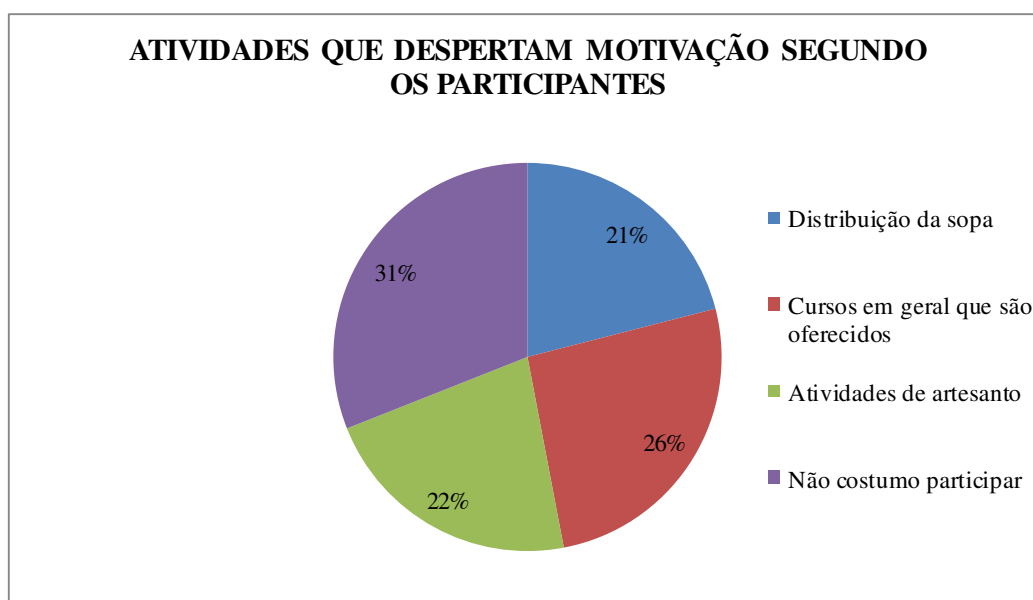
Tais apontamentos também foram observados a partir da observação não participantes nas reuniões da associação, pois em 04 reais reuniões assistidas observou-se que o número de participantes é baixo, quando comparado aos 516 membros que constam registrados na associação. Há uma variação em média de 20 a 30 membros que participam efetivamente das reuniões. Esse fato se confirmou na coleta de dados que culminaram com a elaboração do presente estudo, pois apenas 19 cidadãos participaram dessa pesquisa.

Dessa forma, ficou claro que essa é uma lacuna que deve ser administrada pela diretoria da associação, pois, estar ausente das reuniões ou do cumprimento das ações e atividades propostas, não tem relação com as finalidades de uma organização social, muito

embora, a literatura que versa acerca dessa temática, revela que nenhum cidadão é obrigado a estar associado, sendo esta de livre participação, porém, a busca por melhorias na qualidade de vida e para atender aos seus interesses de forma democrática, faz-se necessário que esses indivíduos estejam atuando em grupo, para garantir a efetiva realização desses objetivos, conforme corroboram Ricciardi e Lemos (2000).

Paralelamente, os associados participantes foram indagados acerca de quais ações despertam motivação e maior interesse em participar. Os apontamentos descritos constam no gráfico 07, abaixo.

Gráfico 07 - Atividades que despertam motivação nos Associados Participantes



Fonte: Pesquisador (UFCG/CDSA, 2017).

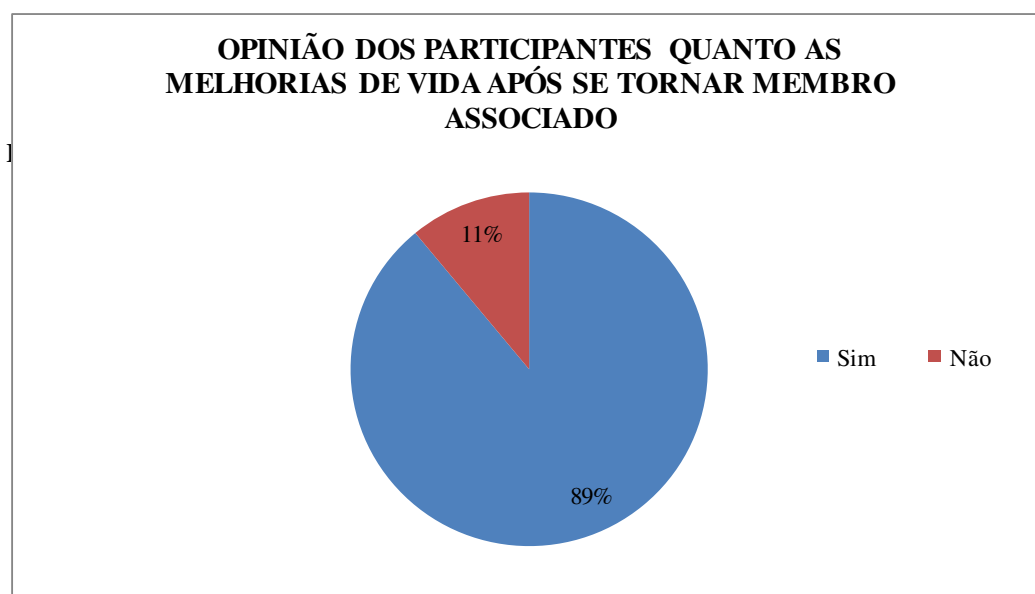
Conforme dados apresentados, 21% consideram que a motivação é despertada na atividade de distribuição de sopa; 26% aponta que são os cursos oferecidos; 22% preferem as atividades artesanais e 31% afirmaram que não costumam participar.

Partindo desse pressuposto, Picolotto (2008) corrobora com este estudo ao destacar que, no campo material, as ações de movimentos voltados para a prática do associativismo, e que se inserem nos moldes da economia solidária têm propiciado a organização de trabalhadores em organizações associativas, a criação de postos de trabalho, de geração de renda, de possibilidade de recuperação de empreendimentos falidos, entre outros, ou seja, buscar o desenvolvimento a partir da formação e unificação de grupos sociais é uma prática que deu certo no Brasil, e tende a progredir positivamente, mas, para que os resultados futuros

sejam positivos, observa-se que é necessário a adoção de um modelo de gestão pautado em estratégias que despertem o interesse dos indivíduos associados, pois a não participação ou o baixo interesse ainda são considerados como os maiores problemas e fraquezas dessas instituições, que buscam na força do trabalho coletivo o incentivo e a motivação para atingir seus objetivos comuns.

Dessa forma, os associados responderam ao questionamento acerca das ações que estão sendo desenvolvidas na associação e se tais atividades têm provocado melhorias na vida desses cidadãos.

Gráfico 08 - Foram observadas melhorias na vida dos Associados Participantes



FONTE: Pesquisador (UFCG/CDSA, 2017).

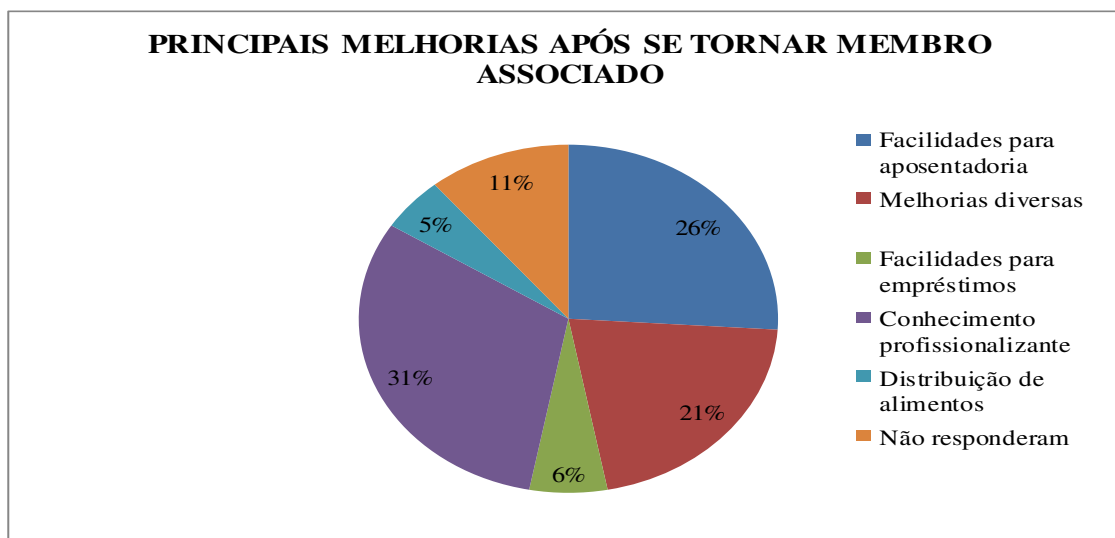
Os dados coletados revelaram que 89% percebem mudanças positivas na qualidade de vida depois de se tornaram membros associados; 11% disseram não perceber tais melhorias. A esse respeito, Picolotto (2008) afirma que tanto no campo social, quanto no cultural essas transformações produzidas estão relacionadas ao cultivo de relações pautadas na solidariedade, na ajuda mútua, na reciprocidade, e no fortalecimento das possibilidades de empreendimentos associativos e autogestionados, que estão fortalecidos.

Por essa razão, acredita-se que os cidadãos que não observaram melhorias de vida após estarem associados, não tenham despertado ou compreendido a importância do desenvolvimento de habilidades sociais no contexto do trabalho associado, isto é, são

indivíduos que não têm consciência do trabalho e da posse coletiva se caracterizar como uma possibilidade de construção de cidadania.

Acerca das principais melhorias observadas pelos associados, tais apontamentos estão destacados no gráfico abaixo. (ver gráfico 09).

Gráfico 09 - Principais Melhorias observadas pelos Associados participantes



Fonte: Pesquisador (UFCG/CDSA, 2017).

As atividades solidárias se regulam em práticas participativas que buscam uma justa distribuição dos produtos que produzidos e das riquezas potencialmente geradas, e ainda pelas melhorias na condição de vida de todos os participantes. A esse respeito, 26% destacaram como melhoria as facilidades para a aposentadoria; 21% apontam que as melhorias são diversas; 6% veem a facilidades para conseguir empréstimos bancários; 31% disseram apontaram o conhecimento profissionalizante; 5% a distribuição de alimentos, e 11% não responderam.

Diante dos apontamentos descritos, e tomando como base as leituras realizadas para elaboração dessa pesquisa, fica claro que na dimensão social e política do Brasil, a as atividades associativas, que se relacionam diretamente com os pressupostos de economia solidária podem ser entendidas como movimentos sociais, que, além de se configurar como umas alternativas de organização da vida em sociedade assumem o objetivo de contrapor o modelo capitalista de organização da produção social, e apresentando-se como uma alternativa viável em detrimento desse modelo econômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras realizadas para a posterior elaboração do presente estudo relevaram que as ações do Terceiro Setor representam um importante avanço da sociedade, que pode tornar as ações do Estado mais transparente, mais acessíveis, diante dos anseios da população. Paradoxalmente, em se tratando de um setor que surge com elevadas expectativas diante dos seus objetivos, de suas qualidades e do seu potencial de atuação, o Terceiro Setor no Brasil demonstra que ainda são necessários inúmeros debates e pesquisas científicas que possam de fato embasar com clareza o seu papel.

Alguns dos estudos existentes apontaram que no Terceiro Setor brasileiro importantes limitações a sua capacidade de desempenhar satisfatoriamente as finalidades propostas, esbarram na gestão, que está intrinsicamente se relaciona a fragilidade organizacional, a elevada dependência de recursos financeiros governamentais e empresariais cada vez mais escassos bem como a falta de recursos humanos tecnicamente capacitados, que possam atuar no gerenciamento de tais obstáculos, visando um melhor relacionamento com o Estado, e adquirindo uma imagem melhor para essas organizações junto à sociedade.

Sendo assim, observou-se que tais fragilidades estão claramente presentes na associação analisada, e essa constatação foi observada a partir da baixa participação dos membros associados nas atividades e reuniões da organização, na capacidade quase que inexistente de possibilidade de continuidade e de sustentabilidade dessa organização.

Foi possível compreender a ausência de eficiência e eficácia nas suas ações e, conseqüentemente, no enfraquecimento de sua capacidade de comunicação, e de interlocução, junto ao Estado e para com a sociedade civil propriamente assistida, e que deveriam estar mais engajados em participar.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. **Participação Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

BOURDIEU, P. **Lições da Aula**. São Paulo Atlas: 1994.

EVERS, Adalbert. Part of the Welfare Mix: the thir sector as an intermediate área. *Voluntas*. V.6 N.2, 1995, pp. 159-82.

FALCONER, Andrés. **A promessa do Terceiro Setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo – Departamento de Administração. FEA – USP, 1999. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG%27s,%20OSCIP%27S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20promessa%20do%20terceiro%20setor%20-%201.pdf> – Acesso em: 28.04.2017.

FERNANDES, Rubem César. **O que é o terceiro setor?** . Revista do legislativo, Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 18, p. 26-30, abr./jun. 1997. Disponível em: <http://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/1091>. Acesso em: 28.04.2017.

_____. **Privado Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: CIVICUS/Relume Dumará. 1994.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 20.04.2017.

GALLETTA, C. E. K. **Marcos Legais e Boas Práticas**. Revista Casa da Agricultura, ano 14, nº 1. São Paulo, 2011. pp. 15-16.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

INOJOSA, Rose Marie; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Práticas e saberes**: desafios e inovações em gestão social. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 171 180, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/include/getdoc.php?id=449&article>>. Acesso em: 24.04.2017.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. p.43 e 44.

MOREIRA, Herivelto. CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NAZZARI, Rosana Katia. **Capital social, cultura e socialização política:** a juventude brasileira. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

NEWSTROM, John W. **O Comportamento Organizacional:** O comportamento humano no trabalho. São Paulo, Bookman, 2008.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Planejamento Estratégico:** teorias, modelos e processos. São Paulo: Atlas, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Novos movimentos sociais e econômicos:** economia solidária e comércio justo. *Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 74-92, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia/picolotto3.pdf>>. Acesso em: 01.05.2017.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica.** 3º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RODRIGUES, Andréa Leite. **Configurações Organizacionais em Organizações Sem Fins Lucrativos:** reflexões para além da simples adoção de modelos. In: **Terceiro Setor:** planejamento e gestão. VOLTOLINI, Ricardo. **Terceiro Setor:** planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac, 2003.

SALVATORE, Vilu. **A Racionalidade do Terceiro Setor.** In: **Terceiro Setor:** planejamento e gestão. VOLTOLINI, Ricardo. **Terceiro Setor:** planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac, 2003.

SANDOVAL, Godofredo Z. **Organizaciones no gubernamentales de desarrollo:** planificación y evaluación. La Paz: Unitas, 1988.

SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Herbert de. **As ONGs na década de 90.** Políticas Governamentais. Rio de Janeiro: Ibase, v.7, n.68, p. 20-24, abr/maio, 1991.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor e regulação no Brasil.** São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais.** 11 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

THOMPSON, Andrés A. **Do Compromisso à Eficiência?** Os Caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. et. al.. 3º: Setor Desenvolvimento Social Sustentado, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TURRA, F. R.; SANTOS, F. E. de G.; COLTURATO, L. C. **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo:** Associações e Cooperativas. Brasília – DF, 2002.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing institucional:** o mercado de ideias e imagens. São Paulo: Pioneira, 1995.

VILLASANTE, Tomás R. **Estado, sociedade e programações alternativas.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 10, p. 97-106, jan./abr. 1999.

VOLTOLINI, Ricardo. **Terceiro Setor:** planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac, 2003.

WAUTIER. A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

**APÊNDICE A -
QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – UAEDUC
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO “UNIDOS
VENCEREMOS”**

1- Perfil dos participantes:

A – Função: _____

2- Gênero: () Feminino () Masculino

3- Faixa etária:

() 18 a 21 anos () 22 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () acima de 51 anos

4- Escolaridade:

() Fundamental () Médio () Completo () Incompleto () Superior () Completo () Incompleto

5- Se superior, qual curso? _____

SOBRE OS OBJETIVOS DA PESQUISA

6- O que você entende por associação? Aponte sua definição.

7- Você sabe qual o seu papel na associação?

8- Você conhece os direitos e deveres de um membro associado? E quais os direitos que você considera mais relevante?

9- Quais as principais dificuldades que você sente na associação?

10- Quais as atividades que são desenvolvidas na associação que você sente mais motivação em participar?

11- Quantas vezes você teve acesso ao estatuto?

12- A associação oferece cursos para capacitar os associados sobre os seus direitos e deveres?

13- As ações que estão sendo desenvolvidas pela associação, têm melhorado a vida dos associados?

14- O que você destaca como melhorias?